

## Relato de experiência

# Relatos de Grupos de Trabalho: pesquisando instrumentos de avaliação em cooperação com o setor público

Workgroup experiences: Research and public sector cooperation

Paulo Gabriel Guerche Fuzzari<sup>1\*</sup>, Thiago Neves Camargo<sup>1</sup> , Rayssa Helena de Souza Lemos<sup>1</sup>, Priscila Carvalho de Castilho<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade de São Paulo (USP), Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social, Ribeirão Preto, SP, Brasil

**COMO CITAR:** Fuzzari, Paulo Gabriel Guerche, Camargo, Thiago Neves, Lemos, Rayssa Helena de Souza, & Castilho, Priscila Carvalho de. (2022). Relatos de grupos de trabalho: Pesquisando instrumentos de avaliação em cooperação com o setor público. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(3 spe), e111622. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211016>

## Resumo

O uso de instrumentos para a avaliação e a criação de políticas públicas é um processo complexo que, por vezes, pode ter como resultado algo descolado da realidade e pouco útil para os tomadores de decisão. Para contornar este desafio, os Grupos de Trabalho surgem como possibilidade de envolvimento direto de representantes de diferentes contextos na elaboração destas ferramentas, aproximando pesquisadores de gestores públicos e profissionais das redes. Este trabalho relata e analisa quatro experiências distintas de um grupo de pesquisa com Grupos de Trabalho, organizados com objetivos de criação e adaptação de instrumentos de avaliação de qualidade educacional da Educação Infantil. Os resultados indicam a importância de planejamento, pactuação e horizontalidade, além de temas e objetivos bem definidos para cada encontro e uso de métodos adequados, como ferramentas interativas nos encontros virtuais.

**Palavras-chave:** Grupo de trabalho. Políticas Públicas. Avaliação. Educação Infantil.

## Abstract

The use of tools for both evaluation and creation of public policies on Early Childhood Education (ECE) is a complex and demanding process and, oftentimes, the product of these efforts might be something detached from reality or of little use for decision takers and policymaking. To take on this challenge, Workgroups emerge as a bet on the direct involvement of people representing different ECE aspects, such as researchers, policymakers and public-school workers. This report brings four distinct experiences with Workgroups, each with its own goals regarding the creation and adaptation of evaluation tools. The results indicate the importance of planning, agreement and horizontality, in addition to well-defined themes and objectives for each meeting and the use of appropriate methods, such as interactive tools in virtual meetings.

**Keywords:** Workgroups. Public Policies. Evaluation. Early Childhood Education.

## Introdução

A implementação de avaliações é um recurso importante para o acompanhamento de políticas públicas, tendo em vista garantir sua efetividade e evitar o mal uso dos recursos públicos e a inocuidade das ações. Realizar processos avaliativos cumpre o propósito de sistematização de informações úteis para os tomadores de decisão. Pinheiro (2020) elucida uma discussão sobre o conceito de evidências enquanto base para a formulação de políticas públicas. Em seu artigo, o autor traz diferentes possibilidades de uso de evidências, descrevendo dois modelos tradicionais e propondo um terceiro. Os tradicionais são como pólos de um contínuo, sendo um definido como racionalista - que faz um uso mais técnico e impessoal das evidências - e o outro como construcionista - que considera a construção dos processos sociais e políticos

Paulo Gabriel Guerche Fuzzari, branco, Mestrando em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos.

Thiago Neves Camargo, branco, Mestrando em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Roraima

Rayssa Helena de Souza Lemos, branca, Mestrando em Psicobiologia e Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

Priscila Carvalho de Castilho, branca, Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

**Recebido:** Abril 15, 2022

**Aceito:** Junho 24, 2022

**\*Autor correspondente:**

Paulo Gabriel Guerche Fuzzari  
E-mail: [pgguerche@usp.br](mailto:pgguerche@usp.br)

**Instituição parceira:** Fundação Maria Cecília Souto Vidigal



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



e da própria realidade como algo que se dá na relação entre os indivíduos. Ao enunciar as falhas de seguir qualquer dos dois modelos de maneira extremista, Pinheiro (2020, p. 728) propõe um modelo moderado que considera a complexidade dos sistemas sociais, mas valida a possibilidade de aplicação de análises racionais à realidade, levando em consideração “[...] a falibilidade do conhecimento científico [...], o status epistemológico (científico) da disciplina ou área de política sob questão [...]” e uma compreensão geral do contexto político em que as decisões devem ser tomadas.

Nesse mesmo sentido, Almeida & Paula (2014, p. 42) atentam para a consideração dos contextos social, político e cultural na elaboração das avaliações, tornando-as mais do que o mero estabelecimento de uma relação de custo-benefício e possibilitando sua função de “[...] controle [social] do cidadão sobre as formas de desenvolvimento em seu espaço de vida”. Laisner & Gonçalves de Mario (2014, p. 629) defendem que o sucesso de uma avaliação de políticas públicas “[...] depende, sobremaneira, da incorporação, valorização e visão ampliada dessa dimensão (avaliação) por parte da instituição”. Dessa forma, observa-se a importância da elaboração de instrumentos de avaliação que reflitam a realidade do contexto social em que serão utilizados. Quando falamos de avaliação de políticas educacionais, soma-se a esse aspecto a importância de considerar as opiniões e vivências dos profissionais que atuam na área, sendo que, ainda que os avanços de pesquisas internacionais nos disponibilizem ferramentas adequadas e de acesso livre, se torna imprescindível a realização de adaptações que permitam seu uso local.

Adaptar instrumentos avaliativos que reflitam a realidade de contextos educacionais específicos é um grande desafio, uma vez que além de observar a significância e a coerência do que se está adaptando, também é importante que se mantenha a equivalência, ou seja, que consigamos comparar estas informações com outras observações em outros contextos (Gorenstein et al., 2016). Por mais que um grupo de pesquisa possa contar com uma diversidade de indivíduos, formações e perspectivas, as estratégias de cooperação e engajamento dos atores presentes no contexto educacional da avaliação tornam-se fundamentais para enriquecer esta experiência e alcançar um produto final mais representativo da realidade da educação brasileira. Para tanto, uma estratégia proeminente é a inclusão destes atores no processo de construção de projetos, intervenções e instrumentos através de Grupos de Trabalho (GTs), definidos como espaços de diálogo e construção coletiva, voltados a objetivos específicos, nos quais todas as partes envolvidas têm o mesmo valor e as mesmas oportunidades de contribuição.

De forma geral, as experiências relatadas neste trabalho se concentraram na criação de um questionário para famílias, na elaboração de um instrumento de avaliação das aprendizagens das crianças e na adaptação, ampliação e alinhamento curricular de instrumentos avaliativos de qualidade de processos já consolidados da área de Educação Infantil (EI), ao contexto brasileiro e de localidades específicas.

#### Educação Infantil

As últimas décadas foram marcadas por significativos avanços no que diz respeito ao acesso à Educação Básica. Não obstante, na EI, além do progresso quanto às taxas de atendimento, notam-se diversos esforços para a discussão da qualidade deste atendimento, de forma a garantir os direitos das crianças. Tendo em vista as especificidades da Educação Infantil, Campos (2020, p. 893) ressalta que a “[...] atual agenda de questões sobre o tema da avaliação das políticas de Educação Infantil no Brasil tornou-se mais complexa e contraditória [...]”, especialmente nas trajetórias das creches, historicamente entendida como uma política de assistência social voltadas especialmente ao cuidado das crianças.

Estudos de meta-análise, como o de McCoy et al. (2017) e outros, indicam que a frequência à EI prediz melhores resultados na vida dos indivíduos, porém somente quando considerada a qualidade das instituições, ou seja, os estudos apontam que a qualidade da oferta da EI pode ter impacto nos resultados que as crianças alcançarão futuramente em suas vidas. A isso soma-se o fato de que no Brasil, ao contrário do que parece acontecer em meta-análises internacionais, as creches tendem a não produzir impactos sobre o aprendizado e a EI tende a beneficiar menos as crianças mais vulneráveis (Santos, 2015).



Nesse sentido, Coelho & Macário (2020, p. 945) entendem a avaliação da EI como dever de Estado, sendo “[...] mais do que apenas uma exigência legal, é uma responsabilidade social frente à vulnerabilidade da criança na primeira infância, a importância desse ciclo de idade de formação, a obrigatoriedade de matrícula na pré-escola e o volume de recursos públicos investidos”. Em conclusão de sua exposição sobre impasses e perspectivas para a avaliação da EI no Brasil, Campos (2020, p. 901) traz a reflexão de que há muitas iniciativas no campo da avaliação que podem trazer melhorias de qualidade para a EI, recomendando a combinação do uso de “[...] instrumentos padronizados, com observação e avaliação do desenvolvimento das crianças ali atendidas, referentemente com o acompanhamento de sua evolução na continuidade de sua escolaridade [...]”, demarcando que associar apenas a frequência à EI com melhores resultados é insuficiente.

O contexto educacional brasileiro é permeado por desigualdades e questões culturais regionais complexas que, por isso, exigem adaptações. O presente relato tratará com detalhes de quatro experiências recentes dos autores, como mediadores de Grupos de Trabalho. Para que as relações entre os membros dos GTs sejam igualitárias, existe o papel da mediação, que pode ser desenvolvido por uma só pessoa ou por uma alternância estabelecida pelo grupo buscando sempre garantir a organização e a horizontalidade.

Apesar da convergência das experiências para a discussão da temática da avaliação da Educação Infantil, cada Grupo de Trabalho contou com objetivos, públicos, contextos e resultados distintos, recorrendo a seus repertórios para a escolha de ferramentas que atendessem a cada objetivo. Além disso, também foram temas dos relatos apresentados a seguir a complementação, a partir da construção coletiva, de instrumentos que pudessem caracterizar o engajamento e apoio das famílias no ambiente educacional, bem como das próprias aprendizagens das crianças com a finalidade de identificar desigualdades educacionais. Os objetivos específicos de cada grupo são descritos a seguir.

## Método

Esta seção se dedica a relatar os objetivos e descrever a caracterização de cada uma das quatro experiências recentes dos autores com Grupos de Trabalho realizados em conjunto com atores de redes educacionais e parceiros.

### Grupo de Trabalho 1

O primeiro Grupo de Trabalho foi formado com o objetivo de adaptar parte de um instrumento de avaliação de origem internacional ao contexto brasileiro<sup>1</sup>. A tarefa foi desempenhada em duas etapas: (1) alinhamento semântico e epistemológico da ferramenta ao contexto e aos documentos brasileiros e (2) expansão de seu conteúdo para contemplar a avaliação de ambientes que atendem crianças de 2 e 3 anos (sendo originalmente destinada à observação de ambientes que atendem crianças de 4 e 5 anos). O grupo foi composto por quatro técnicos educacionais da secretaria de um município de grande porte (duas da coordenação de Educação Infantil, uma da coordenação de currículo e um da coordenação de avaliação), uma especialista em Educação Infantil e uma pesquisadora integrante do laboratório, sendo a última uma das autoras deste artigo.

Para realização da primeira etapa, o grupo se reuniu doze vezes de maneira presencial, com duração de 3 a 4 horas por encontro. O início do processo se deu com uma leitura conjunta do manual do instrumento, durante a qual ocorreram discussões centrais em que foram acordados os princípios teóricos que nortearam o processo de adaptação. Em seguida, iniciou-se o processo de adaptação dos itens do instrumento em si. Para tal, tanto a especialista em EI como a pesquisadora do laboratório, elaboravam previamente propostas de alterações nos itens, conforme as discussões anteriores e buscando alinhamento com os documentos curriculares vigentes. Em seguida, levavam as propostas para apreciação do grupo e discussão de aspectos como a aderência ao referencial debatido inicialmente e

<sup>1</sup> O instrumento resultante deste processo de adaptação foi nomeado de “Escala de Avaliação dos Ambientes de Aprendizagens dedicados à Primeira Infância” (EAPI), sendo que os outros 3 GTs aqui relatados o utilizaram como base ou ponto de partida.



sua funcionalidade enquanto item avaliativo. Todos os 493 itens do instrumento, somando relatório de observação e entrevistas, foram revistos e adaptados.

A segunda etapa ocorreu em três encontros em que foram discutidas as inserções e alterações propostas para o uso do instrumento na observação de ambientes que atendem crianças de 2 e 3 anos. Recorreu-se ao mesmo método da primeira etapa para condução dos encontros. Em ambas as etapas, após as discussões de adaptação, foram realizados os procedimentos de pré-teste e piloto, sendo que as observações com uso do roteiro foram feitas pelos próprios membros do GT, organizados em duplas.

#### Grupo de Trabalho 2

O segundo GT foi organizado para discutir os achados de uma coleta de dados que utilizou a Escala de Avaliação dos Ambientes de Aprendizagens dedicados à Primeira Infância (EAPI) a fim de verificar, com base em dados e em normativas estabelecidas, os níveis de qualidade em que a educação no município se encontrava e também indicadores de quais ações poderiam resultar numa maior qualidade da EI. No entanto, devido à pandemia, a coleta de dados não pôde ser concluída, gerando mudanças na estrutura, no objetivo e nos encaminhamentos dos trabalhos. Dessa forma, a proposta de formação do Grupo de Trabalho teve como objetivo final contribuir para a formulação de documento com possíveis metas a serem alcançadas pela rede, visando as possíveis melhorias na qualidade da EI a partir da EAPI, bem como sua implementação no currículo municipal.

Os encontros foram realizados através de um serviço de chamadas de voz e vídeo em grupo, sendo que os participantes recebiam o convite com o link para a chamada uma vez por semana no horário das 14h às 16h30. O GT ocorreu no período de outubro a dezembro de 2020. O grupo foi composto por 9 participantes, sendo grande parte representantes de uma secretaria de educação municipal, uma especialista em Educação Infantil e uma das autoras deste artigo. No primeiro dia foi apresentado aos participantes a proposta de trabalho do grupo ao longo do período, bem como os objetivos de cada encontro.

Para os demais encontros, a proposta foi de que formassem dois subgrupos, um teria que se colocar no papel de família e outro de gestor para definir quais seriam as “prioridades” a serem solucionadas dentre os itens da EAPI, considerando indicadores de insumos e/ou processos.

#### Grupo de Trabalho 3

A terceira experiência com Grupo de Trabalho apresentada neste relato, teve como objetivo o alinhamento de expectativas sobre os processos avaliativos que seriam realizados e a definição dos objetivos de curto, médio e longo prazo da iniciativa de avaliação. O GT contou com a participação de representantes de uma Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), instâncias regionais de apoio educacional aos municípios, integrantes do laboratório, de universidades locais, secretários municipais de educação, e de fundações apoiadoras do terceiro setor.

As discussões foram realizadas em sete encontros temáticos, iniciados no dia 17 de novembro de 2020, com regularidade quinzenal e encerramento no dia 16 de março de 2021. Todos foram realizados de forma virtual, com duração de 2 a 3 horas. Os primeiros encontros se destinaram a conhecer o grupo, projetos avaliativos já existentes no estado, estrutura do regime de colaboração do estado com os municípios e alinhamentos das expectativas sobre o sistema avaliativo. Em seguida, a EAPI foi apresentada, bem como experiências anteriores de avaliação com este instrumento, enfatizando o uso dos dados e dos mecanismos de devolução das informações coletadas. Além disso, houveram encontros com foco nos aspectos operacionais do processo avaliativo. A mediação dos encontros foi realizada de forma centralizada por um dos autores, o qual planejou as pautas e propôs as discussões e dinâmicas.

Ao final, o Grupo de Trabalho se desdobrou em dois comitês. Um comitê se destinou ao alinhamento da EAPI ao contexto da Educação Infantil do estado e aos documentos oficiais estaduais, contando com mais 9 encontros. O segundo comitê, conduzido concomitantemente ao primeiro, tinha como objetivo a construção do instrumento de avaliação das aprendizagens das crianças, já alinhado ao contexto do estado e às concepções da Educação Infantil.



#### Grupo de Trabalho 4

Este GT teve como objetivo a discussão e consolidação de um corpo inicial de perguntas para compor um suplemento para a EAPI, voltado ao estudo da relação entre as famílias e as equipes das unidades educacionais que suas crianças frequentam - e por isso foi batizado de “GT de Famílias” pelos membros. Para compreender as diferentes realidades de um país tão vasto e diverso como o Brasil, foram convidados técnicos das redes públicas de três municípios de grande porte distribuídos pelo território nacional: uma capital da Região Norte, uma capital da Região Sul e um município da Região Sudeste.

A seleção destes três municípios se deu a partir de outras parcerias estabelecidas com o laboratório. O GT aconteceu em sete reuniões virtuais através de um serviço de chamadas de voz e vídeo em grupo, no período de julho a setembro de 2020.

As reuniões aconteceram em um formato de discussões voltadas a temas específicos para cada encontro. No começo de cada encontro uma das partes envolvidas apresentava uma síntese acerca do tema pré-escolhido (como por exemplo, “Participação vs. Engajamento”), então o grupo discutia o conjunto de questões selecionadas levando em conta critérios como relevância ao tema, relevância da informação para pesquisa, relevância da informação para a tomada de decisões da gestão, linguagem e custo de resposta para os respondentes.

Para além das diferenças de fuso-horário, cada uma das redes participantes se encontrava em um estágio diferente de ações em relação às famílias. A rede parceira da Região Norte já vinha trabalhando há dois anos em grupos de estudos voltados ao tema e tinha intervenções em execução junto às famílias, havendo então o interesse em avaliar a eficácia destas intervenções e a percepção das famílias sobre o trabalho desenvolvido.

O município da Região Sul, por sua vez, via no instrumento uma possibilidade de aprofundar as pesquisas acerca do tema, algumas das quais já estavam em andamento através de suas parcerias com instituições públicas e privadas de ensino superior. O município da Região Sudeste, por sua vez, se encontrava em um estágio inicial de elaboração sobre o tema, vendo no instrumento uma oportunidade para mapear as percepções da família sobre os serviços oferecidos em seu território para a formulação de ações e políticas públicas para a Educação Infantil.

Com relação à taxa de participação dos integrantes do GT, destaca-se que o grupo começou com mais de 30 pessoas, embora tenha sido uma situação isolada do primeiro encontro em função da comunicação interna das redes parceiras. Os encontros seguintes contaram com cerca de 12 pessoas.

### Resultados

Das experiências relatadas destaca-se a grande contribuição dos técnicos das redes educacionais para atingir o objetivo proposto aos Grupos de Trabalho. O conhecimento mais detalhado do cotidiano educacional e do funcionamento da rede trouxeram melhorias aos instrumentos avaliativos e possibilitaram construir propostas que fossem condizentes com a realidade e viáveis aos contextos de cada Grupo de Trabalho. Também em momentos específicos foram convidadas pessoas com especialidade em certos temas para contribuir pontualmente com leitura crítica e adaptações das propostas. Certamente o avanço nas ferramentas e nas políticas para avaliação da Educação Infantil que se beneficiaram destes GTs não seriam possíveis sem esse trabalho coletivo.

Com os Grupos de Trabalho, foi possível atingir os objetivos de construir e adaptar instrumentos avaliativos de forma exitosa, destacando para a divisão clara das pautas de discussões em encontros distintos, sendo a mediação fator chave para não extrapolar a pauta em assuntos que deveriam ser discutidos em encontros seguintes. Ademais, estratégias de mediação como as rodas de apresentações e momentos de interações antes do início ou no início das reuniões também foram úteis para possibilitar a aproximação dos membros do grupo.

Em momentos estratégicos de exposição de ideias e opiniões de todos, utilizou-se da ferramenta *Jamboard* do Google Suite, um quadro branco digital interativo em que todos os





participantes têm a permissão para se expressar simultaneamente em blocos de adesivo online. Em seguida, a coordenação era encarregada de sistematizar e expor todas as informações da dinâmica. A utilização de músicas nestes momentos também foi conveniente para inspiração das ideias e definição de tempo limite para o exercício.

Foi possível observar que a grande quantidade de encontros pode gerar desmobilização do grupo ao longo do tempo, sendo comum que alguns integrantes não consigam participar de todas as discussões ou que ocorra de pessoas estratégicas das redes para as discussões, no decurso dos encontros, assumam outros cargos ou responsabilidades impossibilitando permanência no Grupo de Trabalho. Nesse sentido, a estratégia da divisão do grupo maior em grupos menores temáticos, como realizado em uma das experiências através de comitês de discussão, se mostrou exitosa para o caso da necessidade de mais encontros com a finalidade de aprofundar em um tema específico. Em particular, uma ocorrência que afetou o funcionamento de um dos GTs foi o período de férias de uma das integrantes, sendo que, após sua ausência em algumas reuniões, seu retorno coincidiu com o momento em que se iniciava a leitura final de revisão e diversos pontos de discussão foram reabertos alongando o processo.

Já no GT referente à construção do questionário às famílias, a pandemia do COVID-19 e o período eleitoral foram fatores geradores de incertezas, tanto em relação à permanência das gestões e, conseqüentemente, à continuidade do trabalho, como também em relação ao atraso da pré-testagem com o envio do instrumento às famílias aos municípios participantes ainda em 2020. Apenas a capital da Região Norte participou do pré-teste conforme o previsto, enquanto as demais prorrogaram o envio dos instrumentos para 2021 após confirmados os resultados das eleições. As devolutivas foram realizadas ao longo de 2021, após a etapa de análise dos dados, quando também foi apresentada uma versão do instrumento com alterações feitas a partir das descobertas na etapa de pré-teste.

O fator da pandemia também comprometeu a proposta de uma das experiências com os GTs, já que a coleta de dados que serviria como subsídio das discussões havia sido paralisada devido ao isolamento social da COVID-19. A mudança da proposta utilizando-se de outras ferramentas para atingir o objetivo desta experiência não foi bem aceita no grupo devido às expectativas criadas pelos envolvidos. Os integrantes também indicaram dificuldades de se posicionar enquanto papel de família e gestor para definir prioridades dentro de opções que julgavam igualmente importantes e essenciais para o contexto da educação infantil.

## Discussão

A escolha pela realização de um Grupo de Trabalho não parte de mera conveniência. Para que este modelo de trabalho tenha resultados congruentes, é necessário que haja objetivos bem estabelecidos e que o objeto de discussão esteja em uma etapa avançada o suficiente para a produção e contribuição conjunta. Partindo de um trabalho interno prévio e uma proposta com certo grau de maturidade, aumentam-se as chances de as discussões do grupo terem relevância e encaminhamentos que visam avanços no projeto.

A escolha dos integrantes de um GT também é um elemento crucial para o sucesso das discussões, uma vez que a própria quantidade de participantes pode se constituir em um desafio. Ter poucas pessoas em um grupo pode sobrecarregar os participantes ou desmotivá-los quando surgem problemas fora de seu campo de atuação, enquanto ter participantes demais pode deixá-los sem espaço para contribuir com as discussões ou alongá-las demais, tornando o grupo improdutivo, além de dificultar o trabalho de encontrar horários e dias compatíveis para todos participarem dos encontros. Vale destacar que em alguns momentos de alguns Grupos de Trabalho, percebeu-se que a presença de pessoas com mais autonomia para a tomada de decisão na rede poderia ser um fator facilitador em determinadas discussões.

Também é importante levar em conta as áreas de atuação e especialidades dos componentes de um grupo. Identificar momentos em que se faz necessário incluir pessoas que desempenhem papéis diferentes, seja por seus conhecimentos ou pela capacidade de tomar uma decisão, pode economizar horas de esforço coletivo e manter os participantes engajados.



Para o caso específico da construção de políticas públicas, é importante prever participações pontuais de tomadores de decisão externos ao GT. Um Secretário de Saúde, por exemplo, não precisa participar de todos os encontros de um grupo sobre Educação Infantil, mas é um ator importantíssimo quando são discutidas ações intersetoriais.

Outro elemento importante ao se optar por este modelo de trabalho é um bom planejamento, baseado em objetivos tangíveis. Além de conter os temas e passos importantes para que se alcance os objetivos do trabalho, um bom planejamento deve tanto ser flexível o bastante para se adequar ao ritmo do grupo quanto levar em conta alguns dos eventos previsíveis que podem influenciar seu desenvolvimento: eleições, feriados e férias de membros do GT são alguns bons exemplos. Para os encontros virtuais, as ferramentas interativas, como o *jamboard*, se mostraram importantes aliadas, abrindo um espaço funcional para os momentos em que o grupo como um todo é convidado a se expressar, já que os microfones costumam se anular quando mais de uma pessoa fala. Além disso, também deixa o encontro mais dinâmico, possibilitando a junção de opiniões e ideias similares.

Por fim, é de suma importância que haja uma horizontalidade de saberes entre os membros, garantida por quem ocupa o papel de mediação do Grupo de Trabalho. O espaço para a contribuição constitui um elemento motivador, em detrimento de uma presença meramente passiva nos espaços de discussão.

### Fonte de financiamento

Não há.

### Conflito de interesse

Não há.

### Agradecimentos

A todos os integrantes dos GTs por contribuírem para a qualidade da Educação Infantil dentro de suas realidades municipais e para nosso crescimento profissional.

### Referências

- Almeida, Brunna Carvalho, & Paula, Sílvia Luiz de. (2014). O papel da avaliação de políticas públicas no contexto dos governos locais. *Planejamento e Políticas Públicas*, 42, 39-59.
- Campos, Maria Malta. (2020). Avaliação da Qualidade na Educação Infantil: Impasses e Perspectivas no Brasil. *Pesquisa e Debate em Educação*, 10(1), 891-916.
- Coelho, Rita de Cássia de Freitas, & Macário, Alice de Paiva. (2020). Educação Infantil e Avaliação: Processos e Perspectivas. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, 10(1), 940-960.
- Gorenstein, Clarice, Wang, Yuan-Pang, & Hungerbühler, Ines. (2016). Instrumentos de avaliação em saúde mental. Porto Alegre: Artmed.
- Laisner, Regina Claudia, & Gonçalves de Mario, Camila. (2014). Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. *Revista Políticas Públicas*, 18(2), 619-630.
- McCoy, Dana Charles, Yoshikawa, Hirokazy, Ziol-Guest, Kathleen M., Duncan, Greg J., Schindler, Holly S., Magnuson, Katherine, Yang, Rui, Koepf, Andrew, & Shonkoff, Jack P. (2017) Impacts of early childhood education on medium and long-term educational outcomes. *Educational Researcher*, 46(8), 474-487.
- Pinheiro, Maurício Mota Saboya, Koga, Natália Massaco, Palotti, Pedro Lucas de Moura, & Santos, Janine Mello dos. (Orgs.). (2020). Políticas Públicas baseadas em evidências: Uma avaliação crítica (Vol. 24, Boletim de Análise Político-Institucional). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <https://doi.org/10.38116/bapi24>.
- Santos, Daniel Domingues dos. (2015). *Impactos do ensino infantil sobre o aprendizado: Benefícios positivos, mas desiguais* (Tese de livre-docência). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.